



Costa Oeste
Transmissora de Energia

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2025**

Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

CNPJ Nº 14.507.191/0001-97

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba – PR, CEP 81200-240

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
1. A COMPANHIA	4
2. COSTA OESTE EM NÚMEROS	4
3. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)	4
4. DESEMPENHO OPERACIONAL	5
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)	7
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
Balanço Patrimonial.....	8
Demonstração do Resultado	9
Demonstração de Resultado Abrangente.....	10
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1. Contexto Operacional.....	12
2. Base de Preparação.....	12
3. Políticas Contábeis Materiais	13
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	16
5. Clientes	16
6. Ativo de Contrato	16
7. Títulos e valores mobiliários	17
8. Fornecedores	17
9. Tributos	17
10. Empréstimos e financiamentos	18
11. Pesquisa e Desenvolvimento	19
12. Provisões para litígios e passivos contingentes	19
13. Patrimônio Líquido	20
14. Receita Operacional Líquida	21
15. Custos e Despesas Operacionais	21
16. Resultado Financeiro	21
17. Instrumentos Financeiros	22
18. Partes Relacionadas	24
19. Seguros	25
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES	26
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2025, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Curitiba, 24 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro

1. A COMPANHIA

A Costa Oeste Transmissora de Energia S.A (Costa Oeste ou Companhia), instituída em outubro de 2011, é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica como uma sociedade de propósito específico - SPE e tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT ou Controladora) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

2. COSTA OESTE EM NÚMEROS

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	31.12.2025	31.12.2024	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	195.008	166.287	17,3
Caixa e equivalentes de caixa	1.094	7.878	(86,1)
Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	803	1.830	(56,1)
Dívida total	6.612	8.657	(23,6)
Dívida líquida	4.715	(1.051)	(548,6)
Receita operacional bruta	60.330	30.410	98,4
Deduções da receita	1.708	1.555	9,8
Receita operacional líquida (ROL)	58.622	28.855	103,2
Custos e despesas operacionais	26.866	9.983	169,1
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	31.756	18.872	68,3
Ebitda ou Lajida (a)	31.765	18.881	68,2
Resultado financeiro	(414)	520	(179,6)
IRPJ/CSLL	1.973	1.359	45,2
Lucro operacional	31.342	19.392	61,6
Lucro líquido do exercício	29.369	18.033	62,9
Patrimônio líquido	155.140	140.895	10,1
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	0,3	1,3	(76,9)
Liquidez geral (índice)	4,9	6,5	(24,6)
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/ROL) (%)	54,2	65,4	(17,1)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	4,3	6,1	(29,5)
Margem operacional (lucro operacional/ROL) (%)	53,5	67,2	(20,4)
Margem líquida (lucro líquido/ROL) (%)	50,1	62,5	(19,8)
Participação de capital de terceiros (%)	20,4	15,3	33,3
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (b)	18,9	12,8	47,7

(a) Ebitda ou Lajida - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

(b) Lucro Líquido ÷ Patrimônio Líquido

3. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A Costa Oeste, como subsidiária da Copel GeT e da Copel, incorpora os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança) à sua estratégia corporativa, fundamentando sua atuação nos temas materiais identificados por meio de consulta às partes interessadas, nas diretrizes estabelecidas pela Política de Sustentabilidade. A integridade é um valor transversal que orienta todas as práticas da companhia, reforçando o compromisso com a ética, a transparência e a conformidade. Essa abordagem é complementada por compromissos voluntários alinhados aos Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Agenda 2030).

O ESG na estratégia da Copel visa promover uma cultura sistêmica e ampla de sustentabilidade, com origem nas partes interessadas, e os temas materiais orientam programas e iniciativas que geram valor compartilhado, minimizam riscos e potencializam oportunidades.

O desempenho ESG é monitorado continuamente por indicadores e avaliações externas, como o ISE, da [B]³, o CSA, da S&P Global, e o CDP.

3.1. Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Copel está alinhado às melhores práticas de ações contra a corrupção. O 10º Princípio do Pacto Global preconiza que as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, com metas para desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, indo além das obrigações legais, fortalecendo os mecanismos de transparência e integridade. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de contratação e pagamentos, entre outros.

Para seguir garantindo a aplicação das melhores práticas, a Copel foi certificada pela ISO 37301, revisando uma série de práticas e normas, ampliando a interação entre os processos de controles e gestão de riscos e implementou outras melhorias ao longo de 2024.

O Programa de Integridade Copel engloba: Código de Conduta; Estatuto Social; Canais de Manifestação; Gestão de Riscos; Matriz de Riscos e Controles Internos e Políticas abrangentes. As informações detalhadas que contemplam o Programa de Integridade da Copel podem ser acessadas no website: <https://ri.copel.com/publicacoes-e-documentos/formulario-de-referencia-e-cadastral/>

3.2. Dimensão Social

A Costa Oeste, como subsidiária da Copel GeT e da Copel, reafirma seu compromisso com a integração das dimensões ambiental, social e econômica, orientando suas práticas pelas Políticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa, que consolidam valores como diálogo, transparência, respeito aos Direitos Humanos, acessibilidade, inclusão e desenvolvimento sustentável. Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no Relato Integrado da Copel.

• Política de Equidade

A Copel defende a equidade como o tratamento justo e isonômico a ser dispensado a cada uma das partes interessadas (conforme as suas especificidades e demandas), sempre baseado em respeito, diversidade, inclusão e igualdade de direitos e oportunidades. A equidade estimula a competitividade e constrói um ambiente que viabiliza decisões mais assertivas e justas, com atenção especial a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação.

Para a Copel, o compromisso com a equidade de gênero e com o papel da mulher no Brasil e no mundo são uma missão de todos. Por isso, constitui pilar fundamental dentre as suas diretrizes estratégicas e está refletido nos seus documentos empresariais, em especial no Código de Conduta e nas Políticas de Sustentabilidade, de Governança Corporativa, de Gestão de Pessoas e de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho.

A Companhia, adota as políticas de sua controladora e possui dois diretores responsáveis pela tomada de decisões, não dispondo de empregados próprios nem de conselho de administração constituído, sendo que as matérias relevantes são submetidas à deliberação da Assembleia Geral.

3.3. Dimensão Ambiental

A Costa Oeste, como subsidiária da Copel GeT e da Copel, atua de forma comprometida com o desenvolvimento sustentável. A Companhia atua para atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade da Copel, que aborda em seus diversos capítulos os temas Ambiental, Biodiversidade, Direitos Humanos, Engajamento com Partes Interessadas, Investimento Social Privado e Mudança do Clima. Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no Relato Integrado da Copel.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações de transmissão do Edital do Leilão nº 04/2011 - Aneel. O edital originou o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia nº 001/2012 - Aneel, composto pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 144,76 km, com origem na Subestação Cascavel Oeste e término na Subestação Umuarama Sul e pela Subestação Umuarama Sul, com transformação 230/138 kV - 300 MVA e respectivas conexões de unidades transformadoras, entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado do Paraná.

A empresa Caiuá Transmissora de Energia S.A., por meio do Contrato de Transferência não Onerosa de Bens nº 001/2014, em atendimento aos critérios para a composição da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, formalizado pela Resolução Normativa nº 67/2004 e ao Edital de Leilão nº 006/2011 - Aneel, transferiu para a Costa Oeste as Instalações do Seccionamento da Linha de Transmissão Cascavel Oeste - Umuarama Sul 230 kV da Costa Oeste.

Após o Seccionamento da Linha de Transmissão Cascavel Oeste - Umuarama Sul 230 kV os ativos da Costa Oeste ficaram com a seguinte configuração:

- Uma Entrada de Linha de Transmissão 230kV, na Subestação Cascavel Oeste da Copel GeT, no município de Cascavel - PR;
- Duas Entradas de Linha de Transmissão 230kV, na Subestação Cascavel Norte da SPE Caiuá, no município de Cascavel - PR;
- Linha de Transmissão CS 230kV, com 29,60 km de extensão que interliga a Subestação Cascavel Norte com a Subestação Cascavel Oeste, com 64 torres e trecho de seccionamento com 7,30 km de extensão com 28 torres de circuito duplo compartilhadas, passando pelos municípios de Cascavel e Santa Tereza do Oeste;
- Linha de Transmissão CS 230kV, com 129,76 km de extensão que interliga a subestação Cascavel Norte com a Subestação Umuarama Sul, com 303 torres e trecho de seccionamento com 7,30 km de extensão com 28 torres de circuito duplo compartilhadas, passando por 9 municípios da região;
- Subestação Umuarama Sul de 230/138kV com 02 Transformadores trifásicos de 150 MVA, situada no município de Umuarama - PR;
- Duas Entradas de Linha em 138 kV na Subestação Umuarama Sul da Copel Distribuição S.A, no município de Umuarama - PR.

Este empreendimento entrou em operação comercial em agosto de 2014, com investimentos de R\$ 82,5 milhões, auferindo a partir desta data as parcelas mensais da Receita Anual Permitida - RAP previstas no Contrato de Concessão nº 001/2012. Adicionalmente, ainda em agosto de 2014, celebrou o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 014/2012 com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, passando a integrar Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Reforços nas instalações:

- Duas entradas de linha em 138 kV instaladas na Subestação Umuarama Sul através de parecer de acesso obtido da Aneel pela Copel Distribuição S.A.
- A Aneel emitiu a Resolução Autorizativa nº 7.172/2018, autorizando a Companhia a implantar reforços nas demais instalações de transmissão de energia elétrica - DIT, sob sua responsabilidade, especificamente: a instalação de 1 Banco de Capacitores em 138 kV, 30 MVar, Substituição do Disjuntor de Interconexão de Barras e Conexões, na Subestação Umuarama Sul e estabeleceu a Receita Anual Permitida - RAP no valor de R\$ 0,8 milhão. A implantação do Banco de Capacitores 138kV – 30MVar foi concluída em setembro de 2020, sendo que o referido reforço entrou em operação comercial na data de 15.09.2020.
- Em 2023 através da Resolução Autorizativa n.º 14.711/2023, a Aneel autorizou a implantação de reforços na subestação 230 kV Umuarama Sul com investimento de cerca de R\$ 33,9 milhões e RAP de aproximadamente R\$ 4,5 milhões, a partir da entrada em operação comercial que ocorreu em 23.12.2025.

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Físicas

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Linhas e Subestações próprias							
Contrato nº 001/2012							
LT Cascavel Norte - Cascavel Oeste	100%	CS	230kV	29	—	31.08.2014	12.01.2042
LT Cascavel Norte - Umuarama Sul		CS	230 kV	130	—		
SE Umuarama Sul		—	230/138 kV	—	300	27.07.2014	
				159	300		

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Financeiras

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Proporc. (R\$ mil)	Ano de degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de correção
Linhas e Subestações próprias						
Contrato nº 001/2012						
LT Cascavel Norte - Cascavel Oeste	100%	25.898	25.898	não aplicável	Julho	IPCA
LT Cascavel Norte - Umuarama Sul						
SE Umuarama						

RAP Realizada e Esperada

Em vista das linhas em operação, a RAP esperada para os próximos cinco anos está representada no quadro a seguir:

Linha de transmissão - RAP proporcional - R\$ mil *	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Integral							
Contrato de concessão de transmissão nº 001/2012	18.997	20.743	25.898	25.898	25.898	25.898	25.898
Total	18.997	20.743	25.898	25.898	25.898	25.898	25.898

* Valores correntes nominais até 2025. A partir de 2026, inclusive, são sem inflação à moeda de 31.12.2025.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)

5.1. Receita Operacional Líquida

Em 2025, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 29.767, representando 103,2% de aumento em relação a 2024 devido principalmente a receita de construção em 2025 relacionado a obra de reforço de instalação que entrou em operação em 2025.

5.2. Custos e Despesas Operacionais

Em 2025, os Custos e Despesas Operacionais tiveram acréscimo de R\$ 16.883, representando 169,1% de aumento em relação a 2024 devido ao aumento do Custo de Construção também relacionado a obra de reforço de instalação que entrou em operação em 2025.

	2025	2024	Variação	
			R\$	%
Pessoal, administradores, Planos de Previdência e Assistencial	185	208	(23)	(11,1)
Material	31	—	31	100,0
Serviços de terceiros	2.037	3.107	(1.070)	(34,4)
Depreciação e amortização	9	9	—	—
Perdas de créditos, provisões e reversões	8	359	(351)	(97,8)
Custo de construção	24.353	5.977	18.376	307,4
Outros custos e despesas operacionais	243	323	(80)	(24,8)
	26.866	9.983	16.883	169,1

5.3. EBITDA ou LAJIDA

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	29.369	18.033
Despesas com tributos sobre os lucros	1.973	1.359
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	414	(520)
Lajir/Ebit	31.756	18.872
Depreciação e Amortização	9	9
Lajida/Ebitda	31.765	18.881
Receita Operacional Líquida - ROL	58.622	28.855
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	54,19 %	65,43 %

5.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou decréscimo de R\$ 934 devido principalmente a redução do rendimento de aplicações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.094	7.878
Clientes	5	2.415	2.150
Ativos de Contrato	6	5.284	3.872
Outros créditos		232	179
Imposto de renda e contribuição social		119	123
Despesas antecipadas		17	40
		9.161	14.242
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	803	1.830
Ativos de Contrato	6	184.710	150.200
		185.513	152.030
Imobilizado		320	—
Intangível		14	15
		185.847	152.045
TOTAL DO ATIVO		195.008	166.287

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	18	51	43
Fornecedores	8	466	4.137
Imposto de renda e contribuição social	9	182	149
Outras obrigações fiscais	9	105	140
Empréstimos e financiamentos	10	2.282	2.231
Dividendos a pagar	13.4	24.107	4.282
Encargos setoriais a recolher		134	136
Pesquisa e desenvolvimento	11	250	194
Outras contas a pagar		7	28
		27.584	11.340
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	6.018	5.074
Empréstimos e financiamentos	10	4.330	6.426
Pesquisa e desenvolvimento	11	79	62
Provisões para litígios	12	1.857	2.490
		12.284	14.052
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.1	73.000	73.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.1	4.700	—
Reserva legal	13.3	8.982	7.514
Reserva de retenção de lucros	13.3	47.532	47.532
Dividendo adicional proposto	13.5	20.926	12.849
		155.140	140.895
TOTAL DO PASSIVO		195.008	166.287

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	58.622	28.855
Custos Operacionais	15	(26.371)	(9.065)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		32.251	19.790
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	15	(8)	(359)
Despesas gerais e administrativas	15	(412)	(487)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	(75)	(72)
		(495)	(918)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		31.756	18.872
Resultado Financeiro	16		
Receitas financeiras		380	1.371
Despesas financeiras		(794)	(851)
		(414)	520
LUCRO OPERACIONAL		31.342	19.392
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.1		
Imposto de renda e contribuição social		(1.029)	(1.149)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(944)	(210)
		(1.973)	(1.359)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		29.369	18.033
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais			
Ações ordinárias	13.2	0,40232	0,24700

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultado Abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	29.369	18.033
Outros resultados abrangentes	—	—
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	29.369	18.033

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de Lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldo em 1º de janeiro de 2024		73.000		6.612	47.532	12.445	—	139.589
Lucro do exercício		—	—	—	—	—	18.033	18.033
Deliberação do Dividendo Adicional proposto		—	—	—	—	(12.445)	—	(12.445)
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva Legal	13.3	—	—	902	—	—	(902)	—
Dividendos mínimo obrigatório	13.4	—	—	—	—	—	(4.282)	(4.282)
Dividendo adicional proposto	13.4	—	—	—	—	12.849	(12.849)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024		73.000	—	7.514	47.532	12.849	—	140.895
Lucro do exercício		—	—	—	—	—	29.369	29.369
Adiantamento para futuro aumento de capital		—	4.700	—	—	—	—	4.700
Deliberação do Dividendo Adicional proposto		—	—	—	—	(12.849)	—	(12.849)
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva Legal	13.3	—	—	1.468	—	—	(1.468)	—
Dividendos	13.4	—	—	—	—	—	(6.975)	(6.975)
Dividendo adicional proposto	13.4	—	—	—	—	20.926	(20.926)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025		73.000	4.700	8.982	47.532	20.926	—	155.140

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		29.369	18.033
Ajustes para a reconciliação do Lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		792	844
Remuneração de contratos de concessão de transmissão		(28.674)	(20.296)
Imposto de renda e contribuição social	9.1	1.029	1.149
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	944	210
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	11.2	214	184
Depreciação	15	9	9
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	15	8	359
		3.691	492
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		16.630	15.395
Outros créditos		(53)	74
Imposto de renda e contribuição social		4	65
Despesas antecipadas		23	36
		16.604	15.570
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		8	(33)
Fornecedores		(28.024)	(2.075)
Outras obrigações fiscais		(35)	65
Encargos setoriais a recolher		(2)	55
Pesquisa e desenvolvimento	11.2	(149)	(370)
Outras contas a pagar		(21)	19
Provisões para litígios quitadas		(431)	—
		(28.654)	(2.339)
CAIXA (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(8.359)	13.723
Imposto de renda e contribuição social pagos		(996)	(1.155)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	10.2	(598)	(765)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(9.953)	11.803
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		1.027	(154)
Aquisições de imobilizado		(329)	—
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		698	(154)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	10.2	(2.229)	(2.192)
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		4.700	—
Dividendos pagos		—	(16.593)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		2.471	(18.785)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(6.784)	(7.136)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	7.878	15.014
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	1.094	7.878
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(6.784)	(7.136)

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. (Costa Oeste ou Companhia) é uma companhia de capital fechado com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bairro Mossunguê, CEP 81.200-240, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT ou Controladora) que é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Suas atividades de construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Energia nº 001/2012 - Aneel. O prazo da concessão de 30 anos contado a partir da data de celebração do contrato se encerra em 11.01.2042.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 24.03.2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

- NEs nº 3.2 e 6 - Ativos de contrato: definição da taxa de remuneração dos contratos, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nº 3.3 e 5 - Perdas de crédito esperadas: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NEs nº 3.4 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nº 3.5 e 14 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e de margem de construção.

2.5. Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Para equacionar a capacidade financeira de curto prazo da Companhia, que apresenta capital circulante líquido negativo, a Administração vem monitorando a evolução da liquidez e adotando ações para equacionamento da capacidade financeira de curto prazo, tais como adequação do programa de investimentos, manutenção de ações de redução de custos e alongamento da dívida.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado. Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação ocorre de forma prospectiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2. Ativos de Contrato

Representa o saldo dos contratos de serviço público de transmissão de energia elétrica firmados com o Poder Concedente para construir, operar e manter as linhas e subestações de alta tensão. Durante a vigência do contrato de concessão a Companhia recebe, condicionado a sua performance, uma remuneração denominada Receita Anual Permitida - RAP que amortiza os investimentos realizados na construção da infraestrutura e faz frente aos custos de operação e manutenção incorridos.

A Companhia estima sua receita na fase de construção a valor justo com base no custo orçado da obra e utilizado pela administração como parâmetro para o lance no leilão da concessão. A receita a valor justo é composta pelo custo orçado para todo período de construção acrescido da margem de construção, que representa parcela suficiente para cobrir os gastos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

A taxa implícita de remuneração de cada concessão é determinada pela projeção do custo esperado, da margem de lucro na fase de construção e da projeção da RAP a ser recebida, líquida da estimativa da contraprestação variável (Parcela Variável - PV) e da parcela destinada a remunerar a Operação e Manutenção – O&M. Essa taxa de remuneração é fixada no momento inicial e não se altera durante a performance do contrato.

O ativo proveniente da construção da infraestrutura de transmissão é formado pelo reconhecimento da receita de construção, conforme o percentual completado da obra (NE nº 3.6), e por sua remuneração financeira (NE nº 3.5.2).

Após o início da operação comercial, na medida em que o serviço de operação e manutenção – O&M é prestado, a parte da RAP referente à receita de O&M é reconhecida no resultado ao valor justo, mensalmente, e faturada em conjunto com a parte da receita reconhecida na fase de construção. Este valor faturado após o cumprimento da performance de O&M é transferido para o ativo financeiro na rubrica de clientes até o seu recebimento efetivo.

A Companhia reconhece os ganhos e perdas por eficiência ou ineficiência na construção da infraestrutura e em função de revisão tarifária periódica – RTP, quando incorridos, diretamente no resultado do exercício.

3.3. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

3.3.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando estimativas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro.

Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.5. Reconhecimento da receita

3.5.1. Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida.

As receitas da Companhia são auferidas pela disponibilidade da rede elétrica por meio da remuneração do ativo de contrato e da operação e manutenção da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, conforme detalhado na NE nº 3.2.

3.5.2. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Em relação ao ativo de contrato da concessão de transmissão de energia elétrica é reconhecida receita de remuneração financeira utilizando a taxa de remuneração implícita fixada no início de cada projeto, a qual é apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

3.6. Receita, margem e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica são reconhecidas ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra no fim de cada período, mensurada com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados dos contratos de concessão de transmissão. Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

A margem de construção adotada para a atividade de transmissão deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime tributário do lucro presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL.

Reconhece imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão

3.8. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2025

A partir de 1º.01.2025 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;
- (iv) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

3.9. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (ii) IFRS 18/CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (iii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (iv) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 (a partir de 1º.01.2026);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18 para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos conta movimento	1.094	737
Aplicações financeiras de liquidez imediata	–	7.141
	1.094	7.878

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

5. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há 90 dias	31.12.2025	31.12.2024
Encargos de uso da rede elétrica	2.220	4	536	2.760	2.576
(-) Perdas de créditos esperadas	–	–	(345)	(345)	(426)
	2.220	4	191	2.415	2.150

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os AVC's - avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão.

6. Ativo de Contrato

	Total
Em 1º.01.2024	143.523
Adições	26.305
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(15.781)
Transferências para imobilizado	(32)
Apropriação de litígios	57
Em 31.12.2024	154.072
Adições	53.027
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(16.903)
Apropriação de litígios	(202)
Em 31.12.2025	189.994
	Circulante
	5.284
	Não circulante
	184.710

6.1. Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

	31.12.2025	31.12.2024
Margem de construção	1,65 %	1,65 %
Margem de operação e manutenção	1,65 %	1,65 %
Taxa de remuneração (a)	8,97% a.a.	8,92% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA
RAP anual, conforme Resolução Homologatória	25.898	24.590

(a) Taxa média ponderada do contrato e das resoluções de reforços e melhorias posteriores.

7. Títulos e valores mobiliários

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O saldo, classificado como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, corresponde à conta reserva mantida como garantia para o contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES (NE nº 10).

Categoria	Indexador	31.12.2025	31.12.2024
Cotas de fundos de investimentos	CDI (a)	803	1.830
	Não circulante	803	1.830

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

8. Fornecedores

O saldo corresponde, principalmente, aos valores devidos pela prestação de serviços de operação e manutenção.

	31.12.2025	31.12.2024
Materiais e serviços	466	4.137
	466	4.137

9. Tributos

	31.12.2025	31.12.2024
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social	182	149
PIS/Pasep e Cofins	76	63
Outras obrigações fiscais	29	77
	287	289
Passivo não circulante		
Contratos de concessão	5.965	4.818
Rendimentos de aplicações financeiras	53	256
	6.018	5.074

Baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, a Companhia constituiu crédito fiscal diferido sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão, com expectativa de realização conforme quadro a seguir:

2026	(405)
2027	(351)
2028	(351)
2029	(351)
2030	(351)
2031 a 2033	(1.052)
A partir de 2033	(3.157)
	(6.018)

9.1. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2025		31.12.2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento regulatório	23.105	23.105	20.232	20.232
Alíquota sobre a receita bruta	8 %	12 %	8 %	12 %
Base de cálculo	1.848	2.773	1.619	2.428
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, liquidas de IOF	380	380	1.371	1.371
(-) Receita Financeira Provisionada	595	595	221	221
Outras Receitas	30	30	28	28
(=) Base de cálculo	2.853	3.778	3.239	4.048
Alíquotas vigentes	15 %	9 %	15 %	9 %
Adicional	10 %		10 %	
Imposto de renda e contribuição social provisionados	689	340	785	364
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Contratos de concessão	36.569	36.569	9.894	9.894
Alíquota	8 %	12 %	8 %	12 %
Base de cálculo	2.926	4.388	792	1.187
Receita Financeira Provisionada	(595)	(595)	(221)	(221)
Outras receitas	50	50	(50)	(50)
(=) Base de cálculo	2.381	3.843	521	916
Imposto de renda e contribuição social diferidos	598	346	128	82

9.2. Reforma tributária do consumo

Em 2023, foi instituída a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, com regulamentações sancionadas em 2024 e 2025, estabelecendo um novo modelo de tributação com implementação gradual, ainda sujeito a regulamentações complementares e definições operacionais por parte das autoridades competentes. Considerando a relevância e a complexidade do tema, a Companhia constituiu grupo multidisciplinar para avaliar os potenciais impactos sobre suas operações, posição patrimonial, resultados, fluxos de caixa, sistemas, processos e controles internos.

Com base em estudos iniciais, a Administração definiu e iniciou, ao longo de 2025, plano estruturado de adequação às novas exigências legais e operacionais, incluindo revisão de processos e atualização de sistemas. Em 2026, a Companhia dará continuidade às ações, com foco nas alterações previstas para 2027, mantendo monitoramento contínuo da evolução legislativa e refletindo prospectivamente em suas demonstrações financeiras eventuais impactos decorrentes de mudanças futuras.

10. Empréstimos e financiamentos

Os contratos tiveram o objetivo de financiar a implantação de linha de transmissão entre as subestações Cascavel Oeste e Umuarama Sul e a implantação da subestação Umuarama Sul.

Banco	Garantias	31.12.2025	31.12.2024
BNDDES	Fidejussória Copel GET; Penhor de ações de propriedade da GET; Cessão fiduciária de direitos creditórios;	6.612	8.657
		6.612	8.657
	Circulante	2.282	2.231
	Não circulante	4.330	6.426

O custo médio da dívida em taxa nominal em 31.12.2025 é de 8,07% a.a (10,08% a.a em 31.12.2024), o que equivale a 54,14% do CDI (82,93% do CDI em 2024).

10.1. Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2025	Dívida líquida
2026	2.259
2027	2.071
	4.330

10.2. Mutação de empréstimos e financiamentos

	Total
Em 01.01.2024	10.778
Encargos e variação monetária	836
Amortização - principal	(2.192)
Pagamento - encargos	(765)
Em 31.12.2024	8.657
Encargos e variação monetária	782
Amortização - principal	(2.229)
Pagamento - encargos	(598)
Em 31.12.2025	6.612

10.3. Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O contrato de financiamento junto ao BNDES requer a manutenção do Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD superior a 1,3 de modo que o descumprimento poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2025, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

11. Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

11.1. Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2025	Saldo em 31.12.2024
FNDCT	-	15	-	15	13
MME	-	8	-	8	6
P&D	223	-	83	306	237
	223	23	83	329	256
			Circulante	250	194
			Não circulante	79	62

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

11.2. Mutação dos saldos de P&D

	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2024	6	3	425	434
Constituições	74	36	74	184
Juros	-	-	8	8
Recolhimentos	(67)	(33)	(270)	(370)
Em 31.12.2024	13	6	237	256
Constituições	85	43	86	214
Juros	-	-	8	8
Recolhimentos	(83)	(41)	(25)	(149)
Em 31.12.2025	15	8	306	329

12. Provisões para litígios e passivos contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por este motivo, esta informação não é fornecida.

Em 31.12.2025 o saldo de provisões para litígios de R\$ 1.857 (R\$ 2.490 em 31.12.2024) refere-se a ações judiciais de natureza cível, referente aos processos de indenizações relacionadas às faixas de servidão das linhas de transmissão.

Passivos contingentes são obrigações decorrentes de eventos passados sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2025 o saldo de passivos contingentes de R\$ 98 (R\$ 429 em 31.12.2024) se refere aos processos de indenizações relacionadas às faixas de servidão das linhas de transmissão.

13. Patrimônio Líquido

13.1. Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2025, no valor de R\$ 73.000 (R\$ 73.000 em 31.12.2024) é composto por 73.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

Em 2025 a Costa Oeste recebeu Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) que totalizaram o valor de R\$ 4.700 a ser integralizado na Assembleia Geral que será realizada em abril de 2026.

13.2. Resultado por ação

	31.12.2025	31.12.2024
Numerador		
Lucro líquido atribuído à acionista controladora	29.369	18.033
Denominador		
Média ponderada das ações (em unidades)	73.000.000	73.000.000
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	0,40232	0,24700

13.3. Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral, quando aplicável.

13.4. Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2025	31.12.2024
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	29.369	18.033
Reserva legal (5%)	(1.468)	(902)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	27.901	17.131
Dividendos mínimos obrigatórios	6.975	4.282
Dividendos adicionais propostos	20.926	12.849
Total de dividendos	27.901	17.131
Valor do dividendo por ação	0,382205	0,234671

13.5. Dividendo adicional proposto

Em 30.04.2025, a Assembleia Geral aprovou o pagamento do dividendo adicional proposto registrado em 31.12.2024, no valor de R\$ 12.849.

14. Receita Operacional Líquida

	31.12.2025	31.12.2024
Receita de operação e manutenção - O&M	6.199	5.759
Receita de juros efetivos	20.241	18.073
Receita de construção	33.862	6.553
Outras receitas	28	25
Receita Operacional Bruta	60.330	30.410
(-) PIS/Pasep e Cofins	(843)	(738)
(-) Pesquisa e desenvolvimento	(213)	(184)
(-) Encargos setoriais	(652)	(633)
	58.622	28.855

15. Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	31.12.2025	31.12.2024
Pessoal e administradores	–	–	(161)	–	(161)	(181)
Planos previdenciário e assistencial	–	–	(24)	–	(24)	(27)
Material	(31)	–	–	–	(31)	–
Serviços de terceiros	(1.930)	–	(107)	–	(2.037)	(3.107)
Depreciação e amortização	(9)	–	–	–	(9)	(9)
Provisões e reversões	–	(8)	–	–	(8)	(359)
Custo de construção	(24.353)	–	–	–	(24.353)	(5.977)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(48)	–	(120)	(75)	(243)	(323)
	(26.371)	(8)	(412)	(75)	(26.866)	(9.983)

16. Resultado Financeiro

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	375	1.358
Rendimento sobre depósitos judiciais	1	11
Acréscimos moratórios sobre faturas	2	2
Outras receitas financeiras	2	—
	380	1.371
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	782	836
Outras despesas financeiras	12	15
	794	851
Líquido	(414)	520

17. Instrumentos Financeiros

17.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	1.094	1.094	7.878	7.878
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	803	803	1.830	1.830
			1.897	1.897	9.708	9.708
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		2.415	2.415	2.150	2.150
			2.415	2.415	2.150	2.150
Total dos ativos financeiros			4.312	4.312	11.858	11.858
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	8		466	466	4.137	4.137
Empréstimos e financiamentos (c)			6.612	6.354	8.657	8.132
Total dos passivos financeiros			7.078	6.820	12.794	12.269

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

c) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel e/ou suas subsidiárias, de CDI + *spread* de 1,17%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

17.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

17.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.094	7.878
Títulos e valores mobiliários (a)	803	1.830
Clientes (b)	2.415	2.150
	4.312	11.858

(a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar seus recursos em instituições financeiras com elevado rating em escala nacional, considerando as maiores agências de classificação que atuam no País.

(b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes e implementando políticas específicas de cobrança.

17.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração desse risco com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias, enquanto as de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil – Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 4 anos. A partir de 2030, repetem-se os indicadores de 2029 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Passivo Total
31.12.2025						
Fornecedores	—	466	—	—	—	466
Empréstimos e financiamentos	NE nº 10	232	461	2.043	4.912	7.648
		698	461	2.043	4.912	8.114
31.12.2024						
Fornecedores		4.137	—	—	—	4.137
Empréstimos e financiamentos	NE nº 10	239	478	2.110	7.575	10.402
		4.376	478	2.110	7.575	14.539

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

17.2.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data das demonstrações financeiras, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 15,0% previsto na mediana das expectativas de mercado para 2026 do Relatório Focus do Bacen, e TJLP - 8,79%, que considera a projeção interna da Companhia). Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2025		
		31.12.2025	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	803	901	877	852
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	(6.612)	(571)	(714)	(857)

17.3. Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

Endividamento	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos	6.612	8.657
(-) Caixa e equivalentes de caixa	1.094	7.878
(-) Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	803	1.830
Dívida líquida	4.715	(1.051)
Patrimônio líquido	155.140	140.895
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,03	(0,01)

18. Partes Relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes de transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

Parte Relacionada / Natureza da operação	Passivo		Custo / Despesa	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Controlador				
Copel Geração e Transmissão S.A				
Dividendos	24.107	4.282	-	-
Contrato de operação e manutenção	262	847	(2.660)	(2.331)
Compartilhamento (a)	36	30	-	-
Entidades com influência significativa				
BNDES e BNDESPAR - Financiamentos (b)	6.612	8.657	(782)	(836)
Entidades sob controle comum				
Copel Distribuição S.A.				
Compartilhamento (a)	15	13	-	-
Pessoal chave da administração				
Honorários	-	-	(9)	(10)
Encargos sociais	-	-	(2)	(3)

(a) Os saldos se referem a contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores e de serviços celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas.

(b) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que, por sua vez, possui ações da Companhia Paranaense de Energia - Copel. As informações do financiamento estão detalhadas na NE nº 10.

No que diz respeito ao pessoal chave da administração, não há outros benefícios além do que está apresentado no quadro acima.

19. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2026	137.560
Riscos Operacionais	24.08.2026	27.110
Seguro Cyber	08.05.2026	25.000

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2025, de R\$ 5,5024.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Curitiba, 24 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**

Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO

Diretor Administrativo-Financeiro

MICHAEL LUIZ DE SOUZA

Contador - CRC-PR-059084/O-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. (Costa Oeste), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), declaramos que:

- (I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da Costa Oeste de 31.12.2025; e
- (II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Costa Oeste de 31.12.2025.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 24 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

